

LINGUAGEM E SOCIEDADE: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE DETERMINISMO

Cristine Gorski SEVERO (PG-UFSC)*

1. Introdução

Os estudos sistemáticos que tratam da relação entre *linguagem e sociedade* começam a se solidificar ao longo de 1960, quando a sociolinguística emerge como um campo de saber interdisciplinar, com suas bases fortemente ancoradas na lingüística, na antropologia e na sociologia. Como se trata de uma *relação*, duas questões antagônicas naturalmente se põem: (i) a linguagem determina a realidade social? (ii) a sociedade determina a linguagem?

Dada a natureza da temática proposta neste ensaio, abordo três diferentes perspectivas: de Sapir e Whorf, de Hymes e de Labov¹, examinando a hipótese *determinística* no que concerne à maneira pela qual linguagem e sociedade podem se implicar. Considero, então, uma terceira questão: (iii) em que medida é possível falar em determinismo sob a ótica dos referidos autores?

Na discussão aqui proposta dou relevo aos seguintes aspectos: (i) a realidade social como produto lingüístico, segundo Sapir e Whorf; (ii) o papel do contexto e da competência comunicativa no que diz respeito à relação entre linguagem e mundo, na visão de Dell Hymes; e (iii) a importância do conceito de comunidade de fala e da correlação entre fatos lingüísticos, estratificação social e estilo, para Labov.

Concluo que as relações entre linguagem e sociedade são permeadas por um certo determinismo (de diferentes tipos e em diferentes graus) nas três perspectivas abordadas.

* crisgorski@hotmail.com

2. Sapir e Whorf

Inicialmente, chamo atenção para o fato de que Sapir e Whorf tratam explicitamente das relações linguagem/cultura e linguagem/pensamento. Entretanto, considerando-se que “cultura pode ser descrita como conhecimento adquirido socialmente, isto é, como o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de determinada *sociedade*” (Hudson 1980: 74 *apud* Lyons 1987: 274 grifo meu), pode-se dizer que há uma estreita ligação entre cultura e sociedade. Ademais, segundo Sapir, “não há duas línguas que sejam bastante semelhantes para que se possa dizer que representam a mesma *realidade social*” (1969: 20 grifo meu). Assim, para efeito da discussão proposta nesta seção, tomo o termo ‘sociedade’ como equivalente a ‘realidade social’ e, grosso modo, a ‘cultura’.

De acordo com Sapir, a realidade é produzida pela linguagem, o que significa dizer que não há mundos iguais, visto que não há línguas iguais. Para o autor, a linguagem possui, sobretudo, o papel de produzir e organizar o mundo mediante o processo de simbolização. O caminho para compreensão do(s) mundo(s) se dá pela decifração dos símbolos, que referem (produzem) a realidade e remetem a conceitos (pensamento). Por exemplo: entender um poema exige a “compreensão plena de toda a vida da comunidade, tal como ela se espelha nas palavras ou as palavras a sugerem em surdina” (*op. cit.*).

O processo de simbolização da linguagem exige um sistema fonético que articule imagens acústicas “gerando” o símbolo, o qual proporcionará condições para a produção de conceitos/pensamentos. Sem os símbolos na matemática, por exemplo, um raciocínio matemático não seria possível, o que vale dizer que a matemática não existiria e muito menos se expandiria em níveis de complexidade. Os símbolos, por sua vez, geram um efeito sobre a linguagem que é o de sua ampliação (abstração), mediante um processo de classificação, categorização e seriação – característicos do pensamento. É dessa forma que o mundo ao nosso redor é possível/construído, segundo Sapir.

Uma ilustração clássica da construção da realidade a partir da linguagem é apresentada por Whorf em relação à língua hopi, na qual não é possível pensar o tempo de forma linear como em outras línguas, pois não há palavras, expressões ou formas gramaticais que permitam isso. Ao invés das noções de tempo e espaço (passado, presente e futuro), essa língua permite organizar o contraste entre partícula e onda², obrigando, “ao ser obrigatório pela forma de seus verbos, o povo hopi a perceber e observar os fenômenos vibratórios, animando-os além disso a encontrar nomes e a classificar esta classe de fenômenos” (1971: 72). Para o autor, é possível descrever qualquer fenômeno observável no universo sem levar em consideração os contrastes entre espaço e tempo, ou seja, sem considerar o espaço como algo homogêneo e independente do tempo, mas sim levando em conta as inter-relações existentes entre os fenômenos. Segundo Whorf, “o ponto de vista da relatividade, pertencente à física moderna, é um desses pontos concebidos em termos matemáticos, e a concepção universal do hopi é outra muito diferente e que não é matemática, mas sim lingüística”³ (p. 74).

As idéias desses dois estudiosos costumam ser referidas como a “hipótese de Sapir-Whorf”, podendo ser assim sintetizadas: (i) a linguagem determina a forma de ver o mundo, e conseqüentemente, de se relacionar com esse mundo (hipótese do determinismo lingüístico); isso significa que (ii) para diferentes línguas há diferentes perspectivas e diferentes comportamentos (hipótese do relativismo lingüístico).

É interessante destacar que, para Sapir, tanto a língua como a cultura (realidade social) são passíveis de modificações: é da natureza da linguagem a mudança, visto que “não há nada perfeitamente estático” e a “deriva geral de uma língua tem fundo variável” (1969: 137). Entretanto, existe um paradoxo: embora ambas estejam sujeitas a mudanças, essas se dão em velocidades diferentes – a língua se modifica mais lentamente, pois “um sistema gramatical, no que depende dele próprio, tende a persistir indefinidamente. Em outras palavras, a tendência conservadora se faz sentir muito mais profundamente nos lineamentos essenciais da língua do que da cultura” (p. 61). As conseqüências disso são que as culturas não poderão

ser sempre simbolizadas pela linguagem, conforme a passagem do tempo; e que será muito mais fácil simbolizar a cultura no passado do que no momento atual.

Posto isso, remeto-me às questões colocadas na introdução: para Sapir e Whorf, *a linguagem determina a realidade social*. Todavia, a versão forte da hipótese do determinismo lingüístico parece se enfraquecer diante do descompasso verificado entre as mudanças na língua e na cultura, conforme exposto no parágrafo acima.

3. Hymes

Hymes pautava sua teoria no pressuposto da lingüística constituída socialmente, o que implica uma relação entre ideologia/cultura e linguagem no que diz respeito à utilização da forma lingüística motivada pelo *uso social*. Esse pressuposto estipula que usos lingüísticos se diferenciam mediante instituições, valores, crenças e diferenças individuais, no sentido de que são as diferenças do mundo/ da realidade/ do contexto que causam diferenças lingüísticas: “valores culturais e crenças são em parte constitutivos da realidade lingüística” (Hymes *apud* Figueroa 1994: 42).

O autor não está preocupado com o sistema gramatical formal, mas compreende a linguagem dentro de uma perspectiva comunicativa⁴, o que invoca outras áreas para o seu estudo, uma vez que a linguagem pode ser considerada como uma “parte integrada de uma organização sócio-cultural geral do comportamento” (Figueroa 1994: 33). Para ele, a definição de língua é complexa e deve levar em conta diferentes aspectos, como o histórico, o social, o cultural e as particularidades individuais. Com a inserção do contexto histórico e etnográfico há a conseqüente supremacia do aspecto funcional em detrimento do formal. Segundo o autor, “não é a forma lingüística que cria o padrão social, mas o padrão social informa a forma lingüística. Nesse caso, a inferência é dos dados etnográficos para as funções da língua” (p. 42).

Vemos assim que Hymes atribui ao *contexto social* uma propriedade causal – prioritária – em relação ao uso lingüístico. Mesmo a estrutura

formal está subordinada ao contexto que, para ele, é sempre comunicativo. Dessa forma, o autor subordina a competência gramatical à competência comunicativa, que implica “a habilidade de escolher, dentre uma variedade de falas possíveis, aquela que é mais apropriada para a situação (...) a competência consiste numa variedade de habilidades, incluindo conhecimento gramatical, mas sem se reduzir a esse” (*op. cit.* p.53).

Ainda na visão do lingüista, diferentes línguas refletem diferentes mundos e isso implica um certo relativismo lingüístico, que, em seu grau máximo, nos remete à hipótese de Sapir-Whorf (cf. discutida na seção anterior). Como características desse relativismo, destacam-se: que ele se baseia em um princípio de diversidade e heterogeneidade ao invés de homogeneidade ou invariância; que os aspectos *a priori* e universais da língua não são suficientes e que não há igualdade lingüística entre os falantes (devido, por exemplo, à natureza política da interação) (cf. Figueroa 1994: 42). Novamente aqui percebemos em evidência o caráter heterogêneo da língua permeando a relação linguagem e sociedade.

Em síntese: ao atribuir relevância ao contexto social/cultural como constitutivo da realidade lingüística, Hymes não deixa de operar com um certo determinismo. Só que, diferentemente de Sapir e Whorf, o autor não prevê que a linguagem cria o contexto, mas que diferentes contextos motivam diferentes linguagens. Seria um tipo de *determinismo social*?

4. Labov

Em relação à teoria laboviana, dois aspectos principais merecerão nossa atenção: (i) o contexto social (sociedade) traduzido pela noção de comunidade de fala e (ii) os condicionamentos sociais e estilísticos.

4.1 A noção de comunidade de fala

Labov propõe “o estudo da estrutura e da evolução da língua dentro do contexto social da *comunidade de fala*” (1972: 184 grifo meu). Interessa a ele, sobretudo, um certo tipo de macro-lingüística, que “coloca

o lócus da linguagem em algum tipo de ordem social (a comunidade de fala) ao invés do indivíduo” (Figuerola 1994: 70).

A preocupação de Labov com a fala da comunidade fica patente em sua definição de linguagem como “o instrumento de comunicação utilizado por uma comunidade de fala, um sistema comumente aceito de associações entre formas arbitrárias e seus significados” (Labov 1994: 09). Daí a questão: quais os limites que fazem com que um falante pertença a uma determinada comunidade de fala e não a outra? Para o sociolinguísta, os limites não estão presentes no fato de um falante se considerar pertencente a uma dada comunidade, mas sim nas características essenciais – as regras gramaticais – do sistema lingüístico abstrato daquele falante, em relação à comunidade a que pertence. A aquisição desse sistema lingüístico não se dá conscientemente, ou seja, não diz respeito à vontade do falante de falar de determinada forma; a aquisição da gramática ocorre de forma inconsciente, como também são também inconscientes, em grande parte, as reações subjetivas⁵ dos falantes em relação à língua. Além disso, para o autor, a característica principal da comunidade de fala está no fato de que seus integrantes devem compartilhar as mesmas atitudes e os mesmos valores em relação à língua: “atitudes sociais em relação à língua são extremamente uniformes numa comunidade de fala” (Labov 1972: 248).

Guy (2001), com base em Labov, aponta três características essenciais na definição de uma comunidade de fala⁶: (i) os falantes devem compartilhar traços lingüísticos que sejam diferentes de outros grupos; (ii) devem ter uma freqüência de comunicação alta entre si; e (iii) devem ter as mesmas normas e atitudes em relação ao uso da linguagem. Entretanto, a identificação de uma comunidade de fala, ou o estabelecimento de seus limites, não é uma tarefa fácil, o que pode ser ilustrado pelo seguinte exemplo fornecido pelo autor: há diferenças entre o falar dos nativos de Fortaleza e de Florianópolis em relação aos três aspectos colocados acima, o que permite distinguir duas comunidades de fala; contudo, ao se considerar Brasil e Portugal, provavelmente os nativos de Fortaleza e de Florianópolis integrariam uma mesma

comunidade de fala. Guy levanta então algumas questões: quais seriam os limites internos de uma comunidade? Até que ponto uma comunidade de fala seria caracterizada pelo uso lingüístico?

Guy considera aspectos quantitativos e qualitativos para limitar uma comunidade de fala. Quanto aos primeiros, tem-se como exemplo a freqüência com que uma certa comunidade apaga o -r final no português brasileiro. Isso teria uma implicação (e motivação) social e dialetal mas, também, poderia ser motivado pelo efeito de contexto⁷, havendo uma grande freqüência de apagamento do -r final em verbos no infinitivo para quase todos os brasileiros, diferentemente do apagamento do -r final em outras palavras. Avançando em suas reflexões, o lingüista aponta duas possibilidades: pode haver diferenças de freqüência em diferentes comunidades de fala, sendo que o efeito de contexto permanece semelhante; ou pode haver diferenças em termos do efeito de contexto (peso relativo) entre as comunidades, o que determinaria diferenças estruturais ao invés de diferenças simplesmente quantitativas. Assim, a sua hipótese é: falantes que variam apenas na freqüência possuem a mesma gramática e falantes que variam em termos de efeito de contexto possuem gramáticas diferentes. Daí os limites postos por Guy: as diferenças em uma mesma comunidade de fala implicam diferenças em uma mesma gramática (não-gramaticais) enquanto que diferentes comunidades de fala fazem uso de diferentes gramáticas.

Essa hipótese lançada por Guy não só encontra respaldo nos pressupostos labovianos – pois, conforme visto acima, Labov considera que os limites de uma comunidade de fala devem ser buscados no sistema lingüístico abstrato dos falantes, além do compartilhamento de atitudes sociais –, como também operacionaliza uma forma de medir o partilhamento de traços lingüísticos pelos falantes.

Diante do exposto parece possível falar em um certo determinismo lingüístico, uma vez que usos lingüísticos de uma mesma gramática funcionariam como identificadores de uma mesma comunidade de fala, ao passo que usos de gramáticas diferentes apontariam para diferentes comunidades de fala. Em outras palavras, a estrutura gramatical

estaria delineando a comunidade de fala. As bases para a identificação de uma comunidade de fala seriam, nesse sentido, de natureza lingüística⁸.

4.2 Os condicionamentos sociais e estilísticos⁹

Weinreich, Labov e Herzog (1968), ao postularem a noção de comunidade de fala, a justificam em termos de que “as estruturas variáveis contidas na língua são *determinadas* por funções sociais” (p.188 grifo meu), destacando que “fatores lingüísticos e sociais estão fortemente inter-relacionados no desenvolvimento de uma mudança lingüística” (*op. cit.*). Nessa mesma direção, Labov (1972) aponta como uma das propriedades de uma variável sociolingüística que a “distribuição do traço deve ser altamente estratificado” (p. 08). Observa-se, assim, uma correlação sistemática entre a estratificação social e o uso variável da língua.

Segundo Figueroa, Labov “mantém a posição realista¹⁰ de que o contexto social é formado por fatos sociais que atuam sobre o indivíduo, mas que não são criados pelo indivíduo”, entendendo como fato social “uma forma de comportamento, que (1) é geral na sociedade e (2) exerce condicionamento sobre os indivíduos; (3) mas esse condicionamento é peculiar em termos de geralmente ser inconsciente e, portanto, não poder agir diretamente” (p. 72).

Nessa perspectiva, a sociolingüística visa correlacionar fatos lingüísticos (do âmbito gramatical da fonologia, morfologia, sintaxe, semântica) com fatos sociais (classe, gênero, idade, identidade...). Por exemplo, Labov, em seus clássicos estudos (1972), mostra: (i) de que maneira a frequência de uso de *-ing* está relacionada a posições altas ou baixas no índice sócio-econômico, na fala de adultos brancos de Nova York; (ii) uma alta centralização dos ditongos [ay] e [aw] na fala dos nativos da ilha de Martha’s Vineyard, Massachussets, conservando essa forma lingüística os valores e a identidade nativa, em resistência aos veranistas; (iii) quanto ao uso do [r] em posição pós-vocálica em Nova York, em lojas de padrão alto (voltadas para um público de classe média alta), os empregados fazem maior uso da forma padrão de prestígio (uso

total ou parcial do [r]) do que nas lojas de padrão baixo (voltadas para a classe social baixa). Esses exemplos evidenciam a maneira pela qual sociedade e linguagem estão correlacionadas.

Nos moldes labovianos, através da linguagem é possível tirar “um retrato” da realidade social. Em outras palavras, o indivíduo se identifica ao falar (“função de identificação”, cf. Labov 1978). Desse modo, o *determinismo social* preconizado por Weinreich, Labov e Herzog (1968) estaria mantido. Mas isso deve ser visto com reservas diante de indagações como: até que ponto se pode dizer que o uso de certa estrutura lingüística define o grupo ao qual a pessoa “genuinamente” pertenceria? O uso “consciente” do [r] em posição pós-vocálica pelos empregados da loja de padrão alto, por exemplo, não identifica necessariamente as características sociais “naturais” do falante, podendo esse ser “enquadrado” em um grupo social diferente daquele ao qual realmente pertence. Assim, através do uso “consciente” de certas formas, o falante¹¹ pode mostrar características sociais tais que lhe permitam ser “identificado” como pertencendo a um grupo X (embora de fato pertença ao grupo Y), e isso romperia com a perspectiva determinística de que o contexto social determina a linguagem. Essa questão, entretanto, deve ser examinada sob a ótica da variação estilística, o que será discutido adiante.

Por outro lado, Weiner & Labov (1983) mostram, em seu estudo da passiva sem agente, que a variação entre o uso da construção passiva e da ativa em inglês não é sensível a fatores sociais, sendo condicionado apenas por fatores de natureza lingüística. Nesse caso, uma das exigências originariamente formuladas para se caracterizar uma variável lingüística – a de que a mesma fosse estratificada –, deixou de ser atendida. Como fica, então, a questão do condicionamento¹² social, nesse caso?

Para Labov (1972), os indivíduos variam seu modo de falar conforme a situação em que se encontram¹³, considerando a relação entre diferentes estilos (informal, cuidado, de leitura, etc) e diferentes usos lingüísticos, no que diz respeito especialmente à atenção e ao monitoramento¹⁴. Retomando o exemplo anterior, o uso do [r] pelos

diferentes grupos sociais mostra também a relação entre fatores estilísticos (fala cuidada ou não) e a pronúncia ou não da vibrante. Nesse caso, teríamos o que Labov (1978) chama de “função de acomodação”¹⁵ da linguagem, em que o falante se adequa à situação comunicativa.

Posteriormente, Labov (2003) amplia sua noção de variação estilística, postulando que as variações lingüísticas no *indivíduo*, de acordo com o contexto, são determinadas por três aspectos: (i) as relações entre os interlocutores, particularmente as relações de poder e solidariedade entre eles; (ii) o contexto social mais amplo – escola, trabalho, vizinhança; e (iii) o tópico¹⁶ (p.234).

Desse modo, a par de condicionamentos sociais (normalmente inconscientes), que podem ser observados na comunidade de fala, existem também condicionamentos estilísticos, que operam no plano individual, no âmbito das escolhas lingüísticas conscientes.

5. Considerações finais

Apesar de a noção de sociedade e suas implicações ser explorada de forma diferenciada pelos autores aqui discutidos, com enfoque ora em aspectos concernentes à realidade social; ora no contexto histórico-social e no conceito de competência comunicativa; ora na noção de comunidade de fala, estratificação social e estilo, parece possível abstrair as especificidades de enfoque e tecer considerações de caráter comparativo mais geral entre os autores e suas respectivas visões de linguagem e sociedade, na tentativa de evidenciar qual o tipo de relação que permeia o binômio em questão, a partir de uma hipótese determinística.

Na formulação de Sapir-Whorf, a maneira pela qual a linguagem determina formas de percepção do mundo e o próprio mundo é identificada na literatura como *determinismo lingüístico*. Todavia, o desencontro entre linguagem e cultura em termos de evolução (mudança), conforme apontado por Sapir, é, a meu ver, um indício de que tal determinismo deve ser amenizado.

Na proposta de Hymes, o papel atribuído à influência do contexto social/cultural sobre os usos lingüísticos parece apontar para a direção do que se poderia chamar de um *certo determinismo social* – originado pelo contexto. O falante seria dotado de competência comunicativa para se adequar lingüisticamente a diferentes situações comunicativas. Pode-se dizer que esse mesmo tipo de relação entre contexto e linguagem sustenta o que Labov chama de condicionamento estilístico. Contudo, diferentemente de Hymes, que prioriza o contexto, Labov considera a função de “acomodação” como secundária, o que parece colocar em segundo plano a importância das interações sociais no uso lingüístico. Esse aparente paradoxo deve-se ao fato de que o papel de adequação ao contexto cabe ao *indivíduo*.

Na teoria sociolingüística de Labov, percebem-se implicações determinísticas de diferentes tipos e em diferentes graus. Ao caracterizar a *comunidade de fala* – o lócus do objeto de estudo variacionista –, o autor atribui um importante papel à língua (uma mesma gramática recobrando usos variáveis implica uma mesma comunidade de fala, segundo Guy), de tal modo que uma comunidade de fala poderia ser delimitada por certos usos lingüísticos, entre outras propriedades (um *certo determinismo lingüístico*). Por sua vez, os falantes de uma comunidade operam com regras lingüísticas variáveis, e a seleção das variantes *pode* ser socialmente condicionada por fatores que dizem respeito à estratificação social (um *certo determinismo social*). A escolha das variantes pode ser também estilisticamente condicionada por fatores de natureza contextual (um *certo determinismo estilístico*).

Concluindo, tento responder, em termos amplos, as questões colocadas na introdução do trabalho: (i) a sociedade determina a linguagem¹⁷ – do ponto de vista do contexto e da estratificação social e estilo, segundo Hymes e Labov, respectivamente; (ii) a linguagem determina a sociedade – na produção e representação da realidade social e na delimitação de uma comunidade de fala, de acordo com Sapir-Whorf e Labov (Guy), respectivamente; (iii) as relações entre linguagem e sociedade são permeadas por um *certo determinismo* nas três perspectivas

aqui analisadas, sendo que há uma aproximação maior entre as postulações de Hymes e Labov. Esse determinismo parece atuar unilateralmente em Sapir e Whorf (linguagem à realidade social) e em Hymes (contexto social à linguagem), mas parece ser bilateral em Labov (fatores sociais e estilísticos à linguagem; e linguagem à comunidade de fala). Daí a indagação que fica em suspenso: não haveria em Labov uma certa dialética?

Referências Bibliográficas

FIGUEROA, Ester. *Sociolinguistic metatheory*. Language & Communication Library, Vol 14. Oxford: Pergamon, 1994.

GUY, Gregory. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. Abralín, 2001. (http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf)

HYMES, Dell. Models of the Interaction of Language and Social Life. In PAULSTON C. B. & TUCKER G. R. (eds.) *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell Publ., 2003.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Philadelphia University Press, 1972.

_____. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Working Papers in Sociolinguistics* 44, 1978.

_____. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell Publ., 1994.

_____. Some sociolinguistic principles. In PAULSTON, C. B. & TUCKER, G. R. (eds.) *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell Publ., 2003.

LEFEBVRE, Claire. As noções de estilo. In BAGNO, M. (org.) *Norma Lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LYONS, John. *Lingua(gem) e lingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987. Trad. de M. W. Averborg e C. S. de Souza.

SAPIR, Edward. *Lingüística como Ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. Trad. de J. M. Camara Jr.

WEINER, Judith & LABOV, William. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics* 19, 1983.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

WHORF, Benjamin Lee. *Language, Pensamiento y Realidad*. Barcelona: Barral Editores, 1971.

Notas

. Agradeço aos colegas da disciplina de Sociolingüística (2003.2) e às professoras Izete L. Coelho e Edair Gorski, pelas discussões pertinentes a esse trabalho. Quaisquer falhas são de minha responsabilidade.

¹ Como este trabalho prioriza a perspectiva sociolingüística, um espaço maior é dedicado à discussão das idéias labovianas.

² Por essa característica, o autor compara o hopi à física moderna.

³ As traduções ao longo deste texto são de minha responsabilidade.

⁴ A perspectiva comunicacional abre o leque de possíveis olhares sobre a linguagem e, para Hymes, tal leque deve incluir as características estilísticas da fala.

⁵ Labov identifica três tipos de traços nas variáveis sociolingüísticas, associados à avaliação social atribuída às variantes: (i) *indicadores* - traços lingüísticos socialmente estratificados, mas não sujeitos à variação estilística, com pouca força avaliativa; (ii) *marcadores* - traços

lingüísticos social e estilisticamente estratificados, que produzem respostas regulares em testes de reação subjetiva; (iii) *estereótipos* – traços socialmente marcados de forma consciente (1972: 314). Para o autor, os dois primeiros são decorrentes de julgamentos sociais inconscientes, mas mesmo assim podem ser medidos através de várias técnicas.

⁶ Hymes também considera a importância da comunidade de fala, ao afirmar que “a unidade natural para a taxonomia (e descrição) sociolingüística, contudo, não é a linguagem, mas a comunidade de fala” (2003: 34). E as condições necessárias para definir a comunidade de fala são: (i) regras em comum sobre a conduta e a interpretação da fala; (ii) regras que permitem a interpretação de pelo menos uma variedade lingüística (p. 36).

⁷ Entende-se por “efeito de contexto” a influência exercida por algum tipo de fator lingüístico que atua como condicionante do uso de determinada variante, como por exemplo o efeito do fator ‘verbo’ (no grupo de fatores ‘classe de palavras’) sobre o apagamento do -r. O efeito de contexto é avaliado através de pesos relativos.

⁸ Não se deve esquecer, porém, que embora Labov também considere o sistema lingüístico do falante, para ele a ênfase, para caracterizar uma comunidade de fala, recai sobre as atitudes e valores compartilhados pelos falantes em relação à língua.

⁹ Segundo Lefebvre (2001), Labov foi “o primeiro a fornecer uma abordagem peracional da noção de estilo” (p. 220).

¹⁰ Na fala de Figueroa (1994), Labov pode ser considerado um realista filosófico, caracterizando-se tanto como um realista metafísico (postulando a existência do mundo independente do conhecimento sobre ele), como um realista científico (postulando a existência do mundo mediante uma construção científica).

¹¹ Ressalve-se porém que, para Labov, o que interessa prioritariamente é a comunidade de fala e não o indivíduo.

¹² Não estou fazendo distinção entre as palavras *condicionamento* e *determinismo*, embora saiba que elas recobrem diferenças de significado. Na literatura sociolingüística variacionista, a primeira costuma estar associada a usos variáveis probabilísticos e a segunda a usos categóricos.

¹³ Labov (2003) afirma que “um dos princípios fundamentais da investigação sociolingüística deve ser simplesmente posto como *não há falantes de estilo único*” (p. 234).

¹⁴ Lefebvre (2001) critica a noção laboviana de estilo que “supõe uma ordenação dos estilos conforme uma só dimensão: o grau de atenção conferido à linguagem” (p. 223), considerando-a reducionista por não se aplicar, por exemplo, à relação social entre o falante e o interlocutor.

¹⁵ Para Labov (1978), em resposta a objeções de Lavandera, o objetivo da teoria sociolingüística é associar a variação em qualquer nível lingüístico às funções de *representação, identificação e acomodação*, sendo as duas últimas secundárias.

¹⁶ Observe-se que esse novo enfoque responde, de certa maneira, a crítica formulada por Lefebvre (cf. nota 14).

¹⁷ Chamo atenção para o fato de que esse determinismo deve ser interpretado de forma não categórica (em graus variáveis) nas três perspectivas aqui analisadas.